

A DEMOCRATA

ENTREVISTA

ANA PAULA MARTINS

"O SISTEMA DE SAÚDE É DE UMA ENORME COMPLEXIDADE E OS NOSSOS MODELOS DE GOVERNAÇÃO JÁ NÃO ESTÃO ADAPTADOS AO SÉCULO XXI"

Pág. 12

CÂMARA ALTA

"Confiámos nos Açores. Agora, vamos acreditar no País!"

por Luís Raposo

Pág. 6

SÃO CAETANO ÀS LAPAS

"Assembleia Municipal, linha da frente da democracia"

por Bárbara do Amaral Correia

Pág. 8

ENSAIAR O FUTURO

"Construindo a paisagem digital inovação, interação e blockchain"

por José Paulo Miler

Pág. 24



EDITORIAL

Ao meu País

Portugal vai para eleições a 10 de março e votar é essencial! Só através do voto podemos determinar o caminho para o próximo governo.

É preciso, no entanto, entender primeiro a falácia por detrás do “voto de protesto”. O voto é o exercício de ação democrática que permite formar as maiorias parlamentares que sustentam o governo. Usar o “voto de protesto” é escolher o caos. Uma governação caótica não melhora o país, não cria desenvolvimento económico sem mitiga injustiças. Depois de tantos anos de socialismo miserável, o caos só tornaria a vida coletiva portuguesa ainda mais difícil.

Nestas eleições, o que está em causa é o futuro das novas gerações de portugueses que não conseguem fazer a sua vida no país.

As escolhas são:

- Socialismo ou Social Democracia
- Dirigismo ou Liberdade
- Moderação ou extremismo
- Preparação ou impreparação
- Passado ou futuro

Eu escolho a Aliança Democrática e por isso estou a escolher a Social Democracia, a liberdade, a moderação, a preparação e o futuro!

A mudança está nas tuas mãos!



LUÍS NUNES DOS SANTOS
DIRETOR

FICHA TÉCNICA

Proprietário: PSD | Partido Social Democrata NIF: 500835012

Registo na ERC: n.º127932

Editor: JSD | Juventude Social Democrata NIF: 500835012

Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa – jsd@jsd.pt – www.jsd.pt

Director: Luís Nunes dos Santos

Redação: Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa

Impressão: GRAFISOL – Artes Gráficas – Rua das Maçarocas
Abrunheira Business Center n.º 03 – Abrunheira – 2710-056 Sintra

Periodicidade: Mensal

Tiragem: 100

Todos os direitos reservados. Interditada a reprodução, mesmo que parcial de textos, fotografias ou ilustrações sob quaisquer meios e para quaisquer fins, designadamente comerciais.

A DEMOCRATA

ÍNDICE

MOULES AVEC FRITES

Pág. 4

BIFES À SÃO BENTO

Pág. 5

CÂMARA ALTA

Pág. 6

SÃO CAETANO ÀS LAPAS

Pág. 8

DO PONTAL ATÉ À LAPA: CRÍTICA CULTURAL

Pág. 10

DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA

Pág. 12

LARANJA MECÂNICA

Pág. 18

JSD LOOK & FEED

Pág. 22

AGENDA

Pág. 23

ENSAIAR O FUTURO

Pág. 24

RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM

Pág. 28

FAZER A DIFERENÇA

Pág. 29

LOJA JOTA

Pág. 30

SOBE E DESCE



DIOGO RIBEIRO

VLADIMIR PUTIN

FICOU PARA A HISTÓRIA

“É erro vulgar confundir o desejar com o querer. O desejo mede os obstáculos; a vontade vence-os”

Alexandre Herculano
Escritor, historiador, jornalista e poeta português



Alexandre Poço
Presidente da JSD

MUDAR!

É hora de mudar. Não temos de estar condenados a um País onde não há esperança de ser mais do que isto, do que o “ramerrame” do costume, um país sem elevador social, um país sem ambição. O país do PS. Agora é tempo de mudar. De ter esperança, ousadia, sonho e ambição. De não encolher os ombros e aceitar como inevitabilidade sermos um país pobre que nada oferece às novas gerações.

Na JSD, queremos um novo Governo que devolva a esperança, a ousadia, a ambição e o futuro a Portugal. Um novo Governo liderado pelo PSD e pela Aliança Democrática. No próximo dia 10, temos duas escolhas: mais do mesmo ou mudar. Nós escolhemos mudar. Os jovens querem acreditar em Portugal, querem um país com oportunidades e futuro, um país com políticas concretas que nos potenciem para sermos prósperos, mais ricos, com melhor qualidade de vida, melhores salários ao fim de cada mês e igualdade de oportunidades para os filhos das famílias mais pobres.

Agora, a mudança está nas tuas mãos!

MOULES AVEC FRITES

Margarida Marante



BIFES À SAO BENTO

João Moura



AS MULTI-GERINGONÇAS DO PARLAMENTO EUROPEU

Em contagem decrescente para as legislativas, o Parlamento Europeu pode parecer à data um sítio longínquo e inoportuno. Estamos ocupados na nossa bolha nacional com listas concursadas, estatísticas pulsantes, inquéritos viciantes e cabeças a prémio. Desde 2015 que as legislativas se aguardam ansiosamente de calculadora na mão. O engenho político da geringonça (quando o conjunto de não-vencedores se impôs ao vencedor-minoritário) mexeu na percepção societal sobre o parlamento. Até então, os eleitores caminhavam para as urnas focados num rosto, numa ideia, num número 1. Votávamos para o vencedor. Hoje votamos (idealmente para um vencedor mas...) mais realisticamente para a composição parlamentar. Votamos conscientes de que contribuímos apenas para uma quota-parte de uma vitória que só se saberá com a contagem de cadeiras e entendimentos. Em 2015, e sem nada mudar do ponto de vista constitucional, surgiu um novo jogo no tabuleiro político e os tempos actuais confirmam-no: fazemos contas como nunca.

Engraçado como a geringonça mudou a forma como encaramos as legislativas mas, acidentalmente, capacitou-nos também para entender melhor as europeias. Ficámos mais cientes dos riscos da dinâmica matemática de somas e subtracções na assembleia, e portanto ficámos também mais fluentes em linguagem parlamentar para compreender o mercado aritmético que é o Parlamento Europeu (onde, atente-se, não há uma geringonça: há quantas geringonças se queira).

Na esfera europeia não há "maioria de governo" nem "oposição" tradicional. A iniciativa legislativa cabe à Comissão, pelo que o Parlamento se resigna a alinhar as tropas para (cor)responder às propostas do executivo exterior. As maiorias são mutáveis, flexíveis e circunstanciais e os acordos (ou "alianças") pouco importam a nível de terminologia. Os grupos negociam à velocidade das propostas e à medida das decisões. O raciocínio do Parlamento Europeu é menos entregue à política (*politics*) e mais atento à "policy" (termo que, lamentavelmente, não conseguimos diferenciar em português).

Mas não há alianças preferenciais? Há, com certeza. Há, aliás, muitas vezes, a concretização estrangeira de um "bloco central", composto pelo centro-esquerda (S&D) e pelo centro-direita (PPE) – algo que em Portugal é tabu e quase taxável em sede de IRS. Não há compromisso "estanque" do tipo governamental, mas há parcerias naturais na negociação dos *dossiers*, que se adequam a cada assunto conforme a posição dos representantes. Até 2019, S&D e PPE sentados à mesa representavam sozinhos a maioria dos europeus. Neste mandato (quase a terminar), os votos destes dois já não chegam, e por isso, os antigos "donos disto tudo" têm se acostumado nos últimos anos a sair dos gabinetes para perguntar a outros grupos "quem quer negociar com o legislador?". Entre as forças pró-Europa, o *buffet* é diverso: liberais negociam com verdes, socialistas com conservadores, italianos com eslovacos, gregos com alemães. A isto junta-se a (in)disciplina de voto e a força de 27 nacionalidades: um conjunto exaustivo de forças minoritárias que compõem o hemiciclo dos 705. Por isso, para quem vê de Bruxelas, a "muralha" que o PS quer impor ao PSD é tão caricata como o muro de Trump para os bandidos do México. O Parlamento Europeu é um parlamento menos "politizado" que nem sequer pode vangloriar-se por propostas legislativas. Por outro lado, vive o parlamentarismo num sentido mais cru, em diálogo político constante, multidireccionado e menos permeável a narrativas de campanha. Comparando com o nosso cenário português crescentemente polarizado, podemos beber da Europa um *modus-operandi* refrescante: uma democracia reactiva, mutante e cambiante, que vive em torno de um critério fundamental: o projecto europeu. Por isso, concluo em desabafo, sobre o universo português: se o foco político fosse *realmente* Portugal, acho que não seriam precisas tantas contas.

AMO E AJO

A participação cívica da juventude é um ingrediente vital para o funcionamento saudável de qualquer sociedade democrática. A juventude é uma força dinâmica que traz energia, criatividade e uma perspectiva fresca para o cenário político e social.

Nas várias funções políticas que desempenho, nomeadamente como Presidente da Assembleia Municipal de Ourém (AMO) é com grande satisfação que vejo um crescente interesse e envolvimento dos jovens na política local. Quando tomei posse nestas funções, em 2017, uma das primeiras iniciativas que levei a cabo foi a criação da Assembleia Jovem de Ourém (AJO) e desde aí tem sido inspirador testemunhar o entusiasmo com que os mais novos apresentam as suas ideias.

Esta iniciativa, pioneira no nosso concelho, tem sido um sucesso não só replicado por outras assembleias municipais do País, mas também motivado a atribuição de diversos prémios de Boas Práticas.

Uma das principais vantagens da AJO é o seu potencial para envolver os jovens na política desde cedo, estimulando o seu interesse pela cidadania e pelo exercício dos seus direitos democráticos. Isso é fundamental para garantir que as próximas gerações estejam bem informadas e envolvidas nos processos decisórios que afetam as suas vidas e o futuro da sua comunidade.

Além disso, fomenta o desenvolvimento pessoal, onde podem aprimorar as suas habilidades de comunicação, liderança e trabalho em equipa. Essas competências são essenciais para o sucesso em diversas áreas da vida.

Outro aspeto positivo da Assembleia Jovem é a capacidade

de promover a diversidade e a inclusão. Ao oferecer uma plataforma aberta a todos os jovens do município, independentemente da sua origem, género, orientação sexual ou condição socioeconómica, a AJO contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este ano desafiámos os jovens a apresentarem propostas no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, um marco histórico que moldou profundamente o destino da nossa nação e estamos muito expectantes sobre o que nos vão apresentar já no dia 12 de março.

Ao refletirmos sobre o significado deste dia, é essencial que não apenas recordemos o evento histórico, mas também que compreendamos o seu legado e relevância nos dias de hoje. O 25 de abril continua a ser um símbolo de resistência, coragem e luta pelos direitos fundamentais.

Outra iniciativa de que me orgulho particularmente é o intercâmbio promovido pela AMO, entre os jovens de Ourém de Portugal e os jovens de Ourém do Pará, no Brasil. No final do mês de março vamos receber 5 alunos oriundos duma das zonas consideradas como o "pulmão do Mundo", a Amazônia, e em setembro a equipa vencedora da Assembleia Jovem irá visitar aquele município brasileiro. Esta partilha, especialmente no campo da educação e do ambiente, constitui uma riquíssima oportunidade para a troca de conhecimento e colaboração mútua. Ambos os países partilham laços históricos profundos, o que torna essa parceria ainda mais significativa e promissora. Esta experiência intercultural é fundamental para o desenvolvimento pessoal e académico dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios globais do século XXI.



CÂMARA ALTA

**CONFIAMOS NOS AÇORES.
AGORA, VAMOS
ACREDITAR NO PAÍS!**

Luís Raposo

Confiamos e reformamos os Açores, a vida dos açorianos, governando com e para as pessoas, com e para as famílias, com e para a criação de riqueza das empresas.

A noite de 25 de outubro de 2020 ditou a mudança dos Açores e uma nova página na Autonomia Regional. A maioria dos açorianos e açorianas votou à direita contrapondo com a política da mão estendida socialista que imperava nos Açores até então, possibilitando a formação de um governo à direita liderado por José Manuel Bolieiro. Confiamos e reformamos os Açores, a vida dos açorianos, governando com e para as pessoas, com e para as famílias, com e para a criação de riqueza das empresas. Na educação, regularizamos as carreiras da classe docente, com a colocação de 572 docentes e 323 assistentes operacionais nos quadros da região com vínculo estável promovendo a paz social o que contrapõe com as greves e com os alunos sem professores no país. Investimos na educação como o verdadeiro impulsionador da sociedade açoriana. Repusemos a justiça ao garantir a dignidade dos profissionais de enfermagem na Região, investimos na saúde e na qualidade de vida dos açorianos, aumentámos a capacidade de resposta conforme a necessidade de cada um, numa relação pública, social e privada do setor. Também, na saúde temos paz social, o que contrapõe com o caos que se vive no SNS. Reduzimos os impostos – o IVA, o IRC e IRS – 30% inferior ao continente, possibilitando que milhões de euros ficassem no bolso dos açorianos. Libertando a economia e aumentando a capacidade de criação de riqueza. Os Açores registaram a maior população empregada da história da Autonomia, o Produto Interno Bruto nos Açores cresceu, tivemos inúmeros meses de crescimento da atividade económica.

Apoiámos as famílias com as creches gratuitas, com o aumento do valor das bolsas de estudo, com o pagamento das prestações de crédito à habitação própria permanente, mediante um apoio financeiro. É mais rendimento líquido que ficou e fica no seio familiar, foram e são opções políticas e atitudes. A criação da Tarifa Açores permitiu a mobilidade dos açorianos, para um maior e melhor conhecimento dos Açores com voos interilhas a um valor máximo de 60 euros. Aos idosos, aumentamos o “cheque pequenino” que ficou grande de 54.14€, congelados pelo Partido Socialista em 2016 e 2020 para 97.22€. A criação do programa “Novos Idosos”, onde mais de 200 idosos foram apoiados até 948 euros mensais, promovendo a sua dignidade, solidariamente com todos.

A verdade é que governar bem gera ciúme. E uma coligação negativa parlamentar entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o PAN, a Iniciativa Liberal e o Chega reprovaram o orçamento para 2024 e originaram uma crise política nos Açores, remetendo os açorianos e as açorianas para as urnas no passado dia 4 de fevereiro. Cada decisão têm a sua consequência. Os Açores votaram e decidiram bem. Renovaram a confiança e deram uma vitória clara e inequívoca à coligação e a José Manuel Bolieiro, reforçando a sua legitimidade.

Que os ventos de vitória e liberdade dos Açores cheguem ao país, libertando os portugueses das amarras socialistas e fazendo com que seja possível voltar a acreditar em Portugal, com Luís Montenegro a Primeiro-Ministro.

Tal como os Açores, o País tem mais futuro que passado.

SÃO CAETANO ÀS LAPAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LINHA DA FRENTE DA DEMOCRACIA

Bárbara do Amaral Correia

O meu conhecimento pelo papel das Assembleias Municipais começou desde muito cedo, com a participação, em 2010, no “Jogo da Democracia”, em Loulé.

O “Jogo da Democracia” foi criado em 2002, pelo executivo social-democrata, no âmbito das comemorações do 25 de Abril e consistia na simulação de uma Assembleia Municipal, em que os alunos das escolas, divididos em quatro grupos, personificavam deputados, em representação de diferentes bancadas parlamentares.

Em 2010 simulei ser deputada. A mesma tornou-se realidade. Sou, desde 2017, deputada municipal, na bancada do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Loulé.

Como deputada, tenho tido a possibilidade de ter contacto com a vida política, debater os problemas do meu concelho e desenvolver o espírito crítico e argumentativo. Mas a importância de uma Assembleia Municipal vai muito para além do desenvolvimento pessoal e intelectual de um deputado.

São muitos aqueles que não dão importância e desconhecem por completo o papel de uma Assembleia Municipal, um órgão de poder local que foi criado para nele se exercer, por representação, a defesa dos interesses das populações.

Identifico, desde logo, três motivos que poderão contribuir para esse desconhecimento geral da sociedade: a falta de divulgação e estudo dos órgãos de Poder Local no sistema de Educação; cobertura mediática da Política Local insuficiente e a não transmissão online de todas as reuniões dos órgãos autárquicos do País.

Às Assembleias Municipais compete apreciar, deliberar sobre questões de maior responsabilidade – como a aprovação do orçamento e prestação de contas – e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal que responde pelos seus atos e têm poderes regulamentares, seja na aprovação de instrumentos de gestão

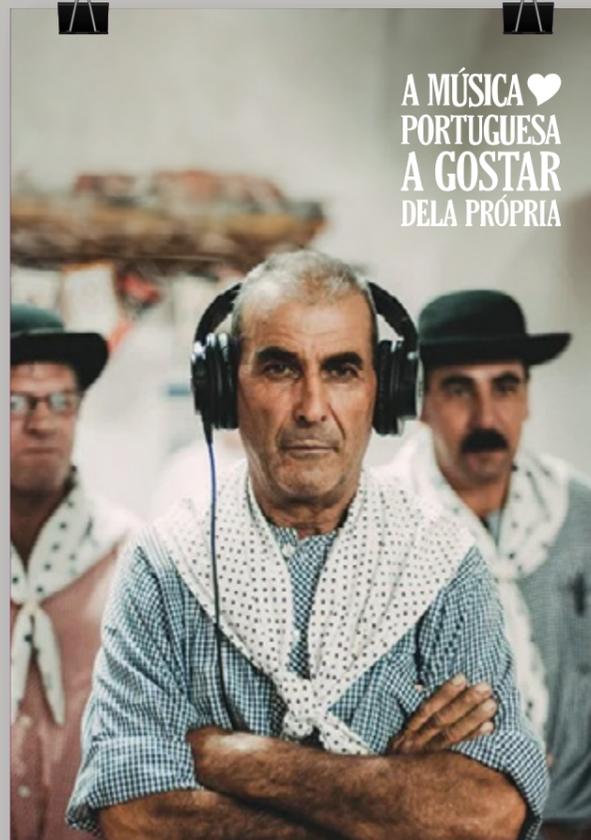
territorial, como o urbanismo, seja na garantia efetiva de direitos, como a educação.

Como advogada, sugiro, não raras vezes, que os particulares se dirijam às assembleias municipais – recebo sempre uma cara de espanto e admiração – para exporem as suas situações no chamado “Período de intervenção do público”, dando visibilidade ao seu tema perante o executivo e os deputados das várias bancadas, especialmente importante para assuntos que ficaram “parados no tempo”, com total desrespeito pelos prazos definidos no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, e com ausências de resposta. Por falar em ausências de resposta, e em virtude da publicação, no passado dia 8 de janeiro, do Decreto-Lei n.º 10/2024 – Simplex Urbanístico – que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos, foi aprovado um regime de deferimento tácito para as licenças de construção. Ou seja, caso a Câmara não profira decisão no prazo legalmente previsto, o particular poderá realizar o projeto pretendido. Pelo que, mais do que nunca, o cumprimento dos prazos torna-se essencial.

O facto de os particulares assistirem às reuniões dos órgãos locais, permite-lhes o acesso a uma fonte de informação imediata e direta das propostas das várias bancadas, o que contribuirá para uma informada avaliação das forças políticas locais.

As Assembleias Municipais promovem a participação dos cidadãos no seu concelho, permitem o direito de oposição democrático, a transparência da gestão pública e a divulgação de informação relevante para a democracia.

Não podia terminar este artigo sem deixar um apelo: participem nas assembleias municipais do vosso concelho e contribuam, como cidadãos informados, para a construção de uma sociedade melhor.



A MÚSICA ♥
PORTUGUESA
A GOSTAR
DELA PRÓPRIA

**A Música Portuguesa
a Gostar Dela Própria**

Surgiu em 2011 com o intuito de resgatar, documentar e consciencializar para a riqueza da tradição oral portuguesa.

Tornou-se num arquivo digital que compila vídeos e entrevistas de indivíduos ou grupos que “cantam para si próprios”, e que preservam os saberes e práticas ancestrais.

O projeto é atualmente reconhecido como associação cultural sem fins lucrativos de Utilidade Pública, de reconhecido Interesse Cultural e, portanto, autorizada a receber donativos ao abrigo da Lei do Mecenato.

DO PONTAL ATÉ À LAPA

CRÍTICA CULTURAL

De região para região, imprimimos no nosso cancionero tradicional os costumes, a lavoura, os amores, a saudade e os lamentos de um “povo que canta”.

Foram cantigas e tradições que foram passando de “boca em boca”, de “geração em geração”, ao cuidado de quem lhes quisesse dar atenção. A verdadeira essência que se foi perdendo no tumulto do contemporâneo, e que vai sobrevivendo através dos grupos de cantares, etnográficos e folclóricos, bem como de projetos como “A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria”.

A importância da iniciativa “A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria” reside na preservação de uma tradição viva, capaz de dialogar com os desafios e oportunidades do século XXI.

Ao celebrar a autenticidade da música tradicional portuguesa, o projeto não resgata apenas melodias esquecidas, mas também proporciona um espaço para a criatividade contemporânea.

Os artistas envolvidos neste projeto não interpretam apenas as canções do passado, mas também as reinventam, trazendo uma

Música Portuguesa a Gostar Dela Própria

por Carolina Rojais



Portugal. 92 090 km² de encantos e tradições, 92 090 km² de palco de uma riqueza musical que se estende pelos séculos da nossa história.

perspetiva fresca e moderna. Este diálogo entre o antigo e o contemporâneo é crucial para manter a relevância da música tradicional e, ao mesmo tempo, abrir portas para novos públicos.

A diversidade de géneros musicais dentro da tradição portuguesa é abismal, desde o Vira do Minho, ao Corridinho Algarvio, das modas da Beira, ao Cante Alentejano, do melancólico Fado ao Bailinho da Madeira.

“Música Portuguesa a Gostar Dela Própria” destaca essa variedade, mostrando como a música é uma linguagem universal que transcende fronteiras geográficas e temporais, e de como esta diversidade é um reflexo da rica história de Portugal, das influências culturais que moldaram a nossa identidade musical ao longo dos séculos.

No arquivo digital do próprio site, na RTP Play, ou no programa de segunda a sexta-feira na Antena t2, encontramos testemunhos de sapiência e memória, recolhidos ao longo de todo o território nacional.

São testemunhos que nos fazem refletir. Pelos novos - que aprendem, reinventam e dão continuidade ao nosso cancionero - e pelos mais velhos, que viveram noutros tempos, noutra realidade, e que se dispõem a eternizar pedaços de riqueza, que, de outra forma, poderiam desaparecer.

Tomei a liberdade de focar nestes “mais velhos”. Na geração dos avós e bisavós do público-alvo desta “Democrata”.

Naqueles que viveram num Portugal atrasado, desigual, sem liberdade, sem oportunidades, pobre e analfabeto.

Naqueles que viveram num Portugal em ditadura, do qual alguns parecem ter laivos de saudosismo – “Naquele tem é que era” -, e que todos devemos desconstruir e combater.

Vou focar naqueles que nos ajudam a entender o passado e a evitar repeti-lo no futuro.

Basta tomar de vinte minutos da nossa vida para parar, procurar os testemunhos singulares numa das plataformas acima mencionadas, e escutar ativamente as palavras destas gerações. Ouvir os “não sabia ler nem escrever”, os “éramos tantas bocas para alimentar e não sabíamos como”, os “não tive a oportunidade de ir à escola”, os “trabalhava de sol a sol”, os “passávamos as passas do Algarve para sobreviver”.

Estes testemunhos devem ser o ímpeto para defendermos um Portugal melhor. O ímpeto para sair à rua, participar ativamente, apoiar e construir uma alternativa para o nosso país.

Com Eleições Legislativas à porta, esta alternativa é cada vez mais clara. Uma aliança pautada de integridade, valores humanos, reformistas e que, ao tomar as lides dos destinos do país, vai permitir abrir um novo capítulo da nossa história.

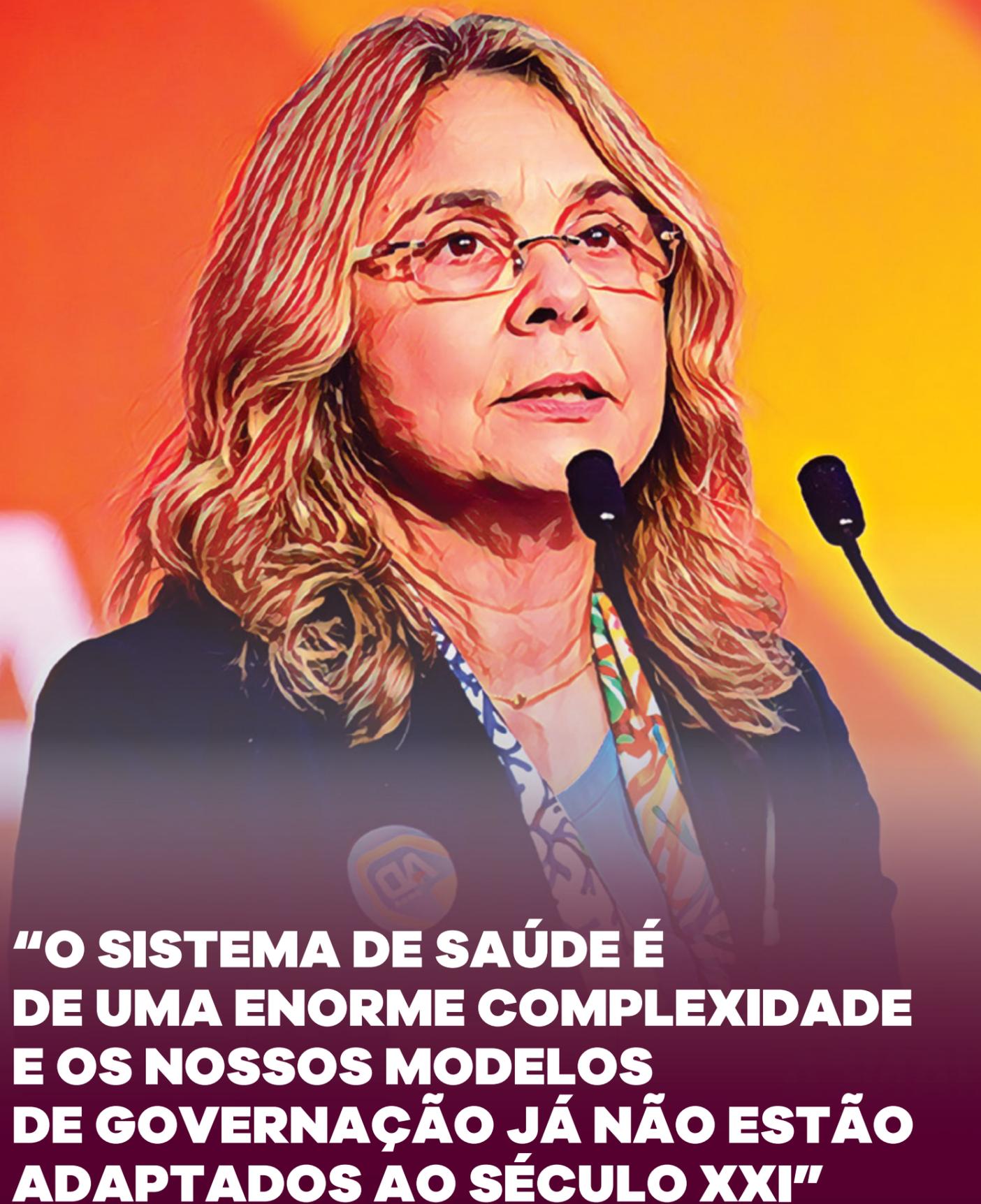
Um capítulo de prosperidade e crescimento, de investimento e justiça social, de garantia de condições em áreas-pilar da nossa sociedade como a Saúde e a Educação.

Um capítulo de esperança para quem quer ficar, e para quem quer regressar.

Um capítulo que entenda Portugal como um só, sem territórios de primeira e de segunda, sem polos centrais, em que “o resto é paisagem”.

Um capítulo longe dos testemunhos crus dos muitos avós e bisavós, sobre quem comecei esta reflexão.

Por outro lado, olhemos para os testemunhos do A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria, e sintamos orgulho na nossa diversidade e identidade. Que cada um de nós faça os possíveis para apoiar ou participar nos movimentos, projetos e associações que se encarregam de preservar esta riqueza. Que façamos os possíveis para a transmitir às novas gerações. O futuro agradece.



“O SISTEMA DE SAÚDE É DE UMA ENORME COMPLEXIDADE E OS NOSSOS MODELOS DE GOVERNAÇÃO JÁ NÃO ESTÃO ADAPTADOS AO SÉCULO XXI”

DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA

ENTREVISTA

ANA PAULA MARTINS

Quando é que começou o seu interesse pela participação política?

Desde a Escola Secundária onde me envolvi na Associação de Estudantes. Lembro-me de me envolver desde sempre em causas. Nasci em África e regresssei em 1974 a Lisboa. Numa altura difícil para muitos portugueses que tiveram de regressar, e recomeçar a sua vida, do nada. E havia bastantes iniciativas para apoiar as famílias, os mais jovens, e promover a nossa reintegração na escola e na comunidade. Senti o apelo cívico desde esse momento. E percebi que através da política podíamos mudar a vida das pessoas e torná-la melhor. Tinha amigos de todos os partidos. Eramos todos muito ativos e diferentes.

Do seu tempo de Bastonária dos Farmacêuticos (2016-2021), quais as principais prioridades da sua agenda e o que ficou por fazer quando deixou o cargo?

A nossas prioridades eram muito claras: a carreira farmacêutica no SNS, o alargamento de serviços de saúde na rede de farmácias comunitárias, a aproximação da Ordem aos Farmacêuticos, abrir a Ordem aos cidadãos e associações de doentes, a defesa da qualidade assistencial farmacêutica, a publicação de um novo Código Deontológico, e a reabilitação da Sede Histórica da Ordem na Rua da Sociedade Farmacêutica. Ficou por concretizar o terminus da Nova Sede. Estivemos durante cerca de 4 anos no processo de iniciar a obra...mas estou certa de que o projeto será terminado

com sucesso e os farmacêuticos terão um espaço condigno que respeita a sua história e projeta o seu futuro.

É uma profunda conhecedora dos setores da saúde, farmácia, medicamento. Quais são hoje os principais desafios nestes setores?

O maior desafio do sector da Saúde é o acesso (listas de espera) e a garantia de qualidade na prestação de cuidados. Outros desafios respetivamente na área do medicamento o tempo para avaliação e novos modelos de financiamento da inovação, garantir a melhor utilização dos recursos terapêuticos. A desburocratização do sistema, a transformação digital, a humanização das unidades de saúde, e uma gestão mais autónoma e que responsabilize a gestão pelos resultados negociados nos contratos programa, a existência de um planeamento plurianual para todo o sector da saúde que contemple simultaneamente o investimento no SNS e a colaboração com os sectores privado e social.

Como é que é possível o Estado despender um orçamento cada vez maior na Saúde, existirem mais recursos humanos nos serviços de saúde, e os cuidados prestados à população estarem na situação atual de rutura?

É possível porque estamos a aumentar os custos operacionais de forma significativa, e apesar de haver mais resposta não conseguimos compensar a procura sobretudo porque não conseguimos tratar em proximidade a doença crónica e aguda não complexa. Existem problemas de eficiência enormes, modelos de gestão ultrapassados, falta de planeamento estratégico nas organizações, uma burocracia enorme, atrasos significativos na transformação digital, e uma incapacidade crónica de executar os investimentos necessários para a modernização do SNS. Dois aspetos que gostava de realçar e que nos devem preocupar. Andamos há mais de 15 anos a trabalhar no Registo Único Eletrónico, peça fundamental da integração de cuidados. E a eterna dívida aos fornecedores que todos os anos vai persistindo nos Hospitais e que compromete, a partir de meio do ano, uma gestão adequada dos fornecimentos por ausência de fundos.

Qual é a principal doença que afeta o SNS?

Não se transformar.

É realista prometer 1 médico de família a cada português?

É realista se formos capazes de fazer duas coisas: valorizar a medicina geral e familiar no SNS e se reconhecermos que existem médicos de família a trabalhar no sector social e privado e que pode e devem fazer parte deste esforço, através de modelos de contratualização com o SNS para esse fim.

O modelo de gestão das ULS junta na mesma gestão, hospitais e centros de saúde. Acredita que esta gestão integrada promove e melhora os resultados no SNS ou degradou a resposta à população?

A experiência que temos das primeiras ULS nunca demonstram vantagens assistenciais ou financeiras significativas. Contudo, o conceito da articulação de cuidados é fundamental e admito que em algumas zonas do País, municípios, e comunidades mais homogéneas poderá resultar. O país é muito diferente. E valia a pena ter avançado com precaução numa nova vaga com modelos de gestão e sobretudo de contratualização com base no que já tinha sido apreendido com as primeiras ULS criadas. Mas transformar todos os Centros Hospitalares em ULS, até os Hospitais Universitários, parece-me imprudente. Os grandes Centros Hospitalares de fim de linha não são locais...cerca de 60% dos doentes são fora da área de residência. Além disso, juntar culturas tão diferentes, modelos de cuidados tão heterogéneos pode não ter um resultado sinérgico...antes antagónico. Diria que com a reforma em curso a avaliação terá de ser feita já no primeiro semestre de 2024. Chegando a Agosto quais são os resultados que já se conseguem antecipar em termos dos planos de desenvolvimento operacional? E da execução do mapa de investimentos? E demonstração de resultados?

Como avalia o trabalho da direção executiva do SNS, houve alguma mudança positiva?

Não devo fazer avaliações sobre o trabalho da Direção Executiva. Essa avaliação deve caber antes de mais ao Diretor Executivo e à sua equipa numa auto-análise que seguramente farão do trabalho realizado, ao próximo Governo e aos dirigentes que têm trabalhado com a Direção Executiva, sobre se sentem que a sua existência melhorou ou ajudou a que as respostas do SNS fossem mais eficazes, eficientes e humanas.



Noutro domínio, na área da Saúde Mental, os dados são preocupantes, nomeadamente no nas situações que afetam os jovens. Despertámos para o tema tarde demais?

Os dados são muito muito preocupantes e apesar de termos despertado tarde demais não me parece que estejamos a equacionar e implementar um plano que dê garantias, enquanto sociedade, de melhorar a abordagem da saúde psicológica dos mais jovens. É um tema multissetorial, muito complexo, e para o qual temos obrigatoriamente de ter respostas urgentes. Com a participação dos mais jovens nas soluções que a eles se destinam.

E agora, sobre esta nova fase da sua vida política. Teve uma efémera passagem pela direção do PSD há cerca de 2 anos. É de esperar que este regresso – com a candidatura a Deputada – seja mais duradouro?

A minha participação na Comissão Política do PSD a convite do Então Presidente Rui Rio foi algo inesperado, mas que valorizei muito pela aprendizagem, ainda que curta, do funcionamento do PSD. Foi uma experiência muito positiva, aprendi muito, conheci gente muito interessante que, agora reencontrei. A possibilidade de fazer parte das Listas da AD, liderada por Luís Montenegro é uma missão que encaro com a maior responsabilidade e profissionalismo. Estarei o tempo que fizer falta ao País, e enquanto o PSD e os seus dirigentes assim entenderem e eu sentir que acrescento valor aos nossos projetos coletivos. Nunca estive nem estarei em nenhum momento condicionada a não ser pela responsabilidade, na certeza de que em total liberdade me sinto parte de um todo que luta com base nos mesmos princípios e valores.

Quais são as suas principais prioridades nesta candidatura à Assembleia da República?

Contribuir para a qualificação do trabalho parlamentar, sobretudo na área da saúde, que é a base de uma democracia madura, sólida e exigente com a mudança que queremos ser.

Se fosse Ministra da Saúde, qual seria a sua primeira medida? E nos primeiros 100 dias?

Não me parece uma possibilidade. Mas se fosse, nos primeiros 100 lançaria as bases fundamentais do progra-

ma de governo de acordo com o calendário definido pelo primeiro-ministro Luís Montenegro como líder do próximo governo de Portugal. É muito importante que todos percebamos, onde quer que estejamos, a urgência que Portugal e os portugueses têm de ver que o que se promete se cumpre. Cada dia e cada hora é importante na implementação com coragem das medidas fundamentais à transformação do SNS. Sabendo que levam tempo, e que é muito mais difícil de fazer do que se possa pensar. O Sistema de Saúde é de uma enorme complexidade e os nossos modelos de governação já não estão adaptados ao Século XXI. Certamente, começaria por executar o Plano de Emergência para o acesso em tempo clinicamente adequado e o processo de dar médico de família a todos os Portugueses. Não podemos falhar nestas duas medidas.

E para terminar, para esta fase de campanha eleitoral até ao próximo dia 10 de março, se tivesse de aconselhar um medicamento aos portugueses, qual seria?

Recomendaria um medicamento não sujeito a receita médica, ou seja, um medicamento de aconselhamento farmacêutico. Um complexo vitamínico para recuperar a energia que vem com a Primavera, com mais energia voltar a sonhar com um país melhor, e dessa forma retomar um caminho de crescimento, progresso e prosperidade para todos. Adorava que a esperança se disponibilizasse em doses terapêuticas...mas ainda não descobrimos a fórmula e a forma farmacêutica. Temos mesmo de ser nós, cada um de nós, a recuperar essa esperança. É por isso que a Mudança está nas nossas mãos.

ANA PAULA MARTINS
EX-BASTONÁRIA DE ORDEM DOS FARMACÊUTICOS





**VIVER, ESTAR, SENTIR
A VIDA PÚBLICA
E A VIDA POLÍTICA
É ALGO ÚNICO E DE
UMA RESPONSABILIDADE
INDELÉVEL**

por **Simão Ribeiro**

Ex-Deputado da Assembleia da República Portuguesa

**LARANJA
MECÂNICA**

Uma Qualquer Quinta feira?



Viver, estar, sentir a vida pública e a vida política é algo único e de uma responsabilidade indelével, sobretudo em tempos conturbados como aqueles que Portugal vive (há já demasiado tempo) tempos onde reina a crítica fácil, o comentário ligeiro dirigido aos atores políticos sob a capa de “opinionismo” nas redes sociais 2.0 (curiosamente, forma de manifestação e expoente máximo de liberdade de expressão e de pluralismo e, redundantemente uma das maiores ameaças à democracia enquanto principal veículo de disseminação de fake news e de novas formas de populismos e extremismos que minam a democracia), tempos onde essa desconfiança ultrapassa, aliás, a personalização nos (pontuais) titulares de cargos públicos e que recai inclusive sobre as próprias instituições do Estado. Conceções e arquétipos culturais e socialmente aceites de base contratualista ocidentais, liberais e democráticos, estão, como nunca, em causa e apenas uma exemplar persistência e retidão na medida da liderança pelo exemplo (e pelas causas certas) podem augurar um diferente amanhã. E se considero que este não é um debate, mas sim “o debate” a partir do qual todos os outros acerca do modelo de sociedade que desejamos coletivamente (globais ou setoriais) podem ter lugar, sinto igualmente que não há momento mais apropriado do que um período pré-eleitoral como aquele que vivemos para tal reflexão, especialmente para aqueles que, tal como eu tive no passado, terão o privilégio de servir o nosso país e a causa pública.

Pois bem, ser da JSD é ser diferente, é ter vontade de mudar (lançando mão do nosso hino), mas ser da JSD é sobretudo um estado de espírito, um estado de alma, um conceito, uma ideia que ultrapassa gerações com uma matriz identitária tao própria, tão única... sentida, vivida e praticada, mais que propagandeada.

Fazer parte, pela mão da JSD, de projetos de capital relevância para Portugal, como a participação na construção de um programa de Governo ou, ainda, poder sectorialmente batermo-nos em tempo real por aquilo que são as causas que ditam a vida da juventude Portuguesa, obtendo resultados, são o expoente e privilégio máximo que um militante da JSD pode vivenciar!

E sim, eu fui um desses privilegiados...

Exerci funções como deputado à Assembleia da República entre 2011 e 2019 (sendo líder da estrutura durante quatro desses anos) e, naturalmente que durante esse período, muitas foram as causas em que me envolvi pessoal e coletivamente. Podia lembrar, com naturalidade e orgulho (no trabalho da JSD coletivamente) a nossa batalha e “finca pé” contra o corporativismo das ordens profissionais que impedia o acesso de muitos jovens à sua carreira profissional, podia lembrar a constante pressão por nós exercida junto do Ministério da Educação pela introdução da formação cívica nas escolas, bem como o elevado número de iniciativas e projetos parlamentares nesse sentido. Podia lembrar o papel decisivo da JSD em vários debates em sede de orçamento de Estado, ou então o nosso papel na alteração

O TRABALHO DE MESES QUE CULMINOU NUMA NEGOCIAÇÃO POR SMS NUMA QUINTA FEIRA DE MANHÃ, PERMITIU QUE MAIS SETE MIL ESTUDANTES TIVESSEM ACESSO A BOLSA DE ESTUDO



do estatuto do trabalhador estudante, entre muitas outras, mas há uma da qual guardo especial recordação (quer pela importância e resultado real, quer pelo processo em si):

Meses volvidos de inúmeras reuniões (com poucos ou nenhuns avanços) em São Bento, na residência oficial do Sr. Primeiro Ministro (o “nosso” Pedro Passos Coelho), cujo objeto de reflexão e debate era a revisão do indexante de apoios sociais no contexto do regime de atribuição de bolsas de ação social no Ensino superior (num contexto de especial dificuldade imposta pelo plano de ajustamento da troika), eis que é chegado o dia em que as Associações e Federações Académicas estão reunidas com o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, ao mesmo tempo que eu - apoiado pela comissão política permanente da JSD - trocava SMS's com o Sr. Primeiro Ministro que estava reunido em Conselho de Ministros.

Algum tempo depois, recebo um telefonema de um dirigente associativo dando conta do clima de festa e satisfação que pairava! O Sr. Secretário de Estado voltava com a boa-nova! Tínhamos conseguido! Em conjunto, lado a lado com os jovens estudantes! Pedro Passos Coelho ouviu e atendeu a JSD. Pedro Passos Coelho, esteve ao lado dos jovens portugueses (e também da sua JSD).

O trabalho de meses que culminou numa negociação por SMS numa quinta feira de manhã, permitiu que mais sete mil estudantes tivessem acesso a bolsa de estudo e assim pudessem prosseguir os seus estudos!

Durante a nossa vida política, numa estrutura tão intensa como a JSD, passamos a vida a correr, em sobressaltos, discussões apaixonadas e, muitas vezes, disputas internas por aquilo em que acreditamos, sempre guiados pela esperança de, algum dia, poder fazer a diferença, de poder acrescentar, poder dormir a pensar que fizemos algo por alguém, algo positivo e que melhore a vida das pessoas... eu sou um privilegiado! Eu tive um desses dias, essa manhã de quinta feira que ficará para a História da JSD e, sobretudo da Juventude Portuguesa.

JSD LOOK & FEED

O QUE SE PASSA NAS NOSSAS REDES

Fica a conhecer quais os conteúdos que tiveram mais buzz este mês!

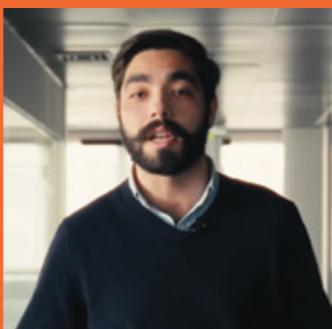


Acompanhe as nossas redes



32 552
O post com mais interações de fevereiro

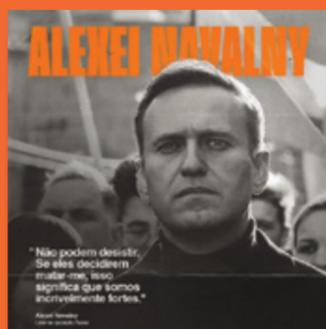
TOP 5 Conteúdos do mês



3822



2381



1602



1255

AGENDA

A MUDANÇA ESTÁ NAS TUAS MÃOS

A nossa agenda para os próximos tempos: Vencer as Eleições Legislativas de 10 de março e virar a página com um Novo Governo para Portugal após 8 anos desastrosos de António Costa e Pedro Nuno Santos.

A JSD não faltará à chamada!



ENSAIAR O FUTURO

CONSTRUINDO A PAISAGEM DIGITAL: INOVAÇÃO, INTERAÇÃO E BLOCKCHAIN

Por José Paulo Miler

Niall Ferguson, no seu livro "A Praça e a Torre", diz-nos que a internet é tão somente a praça pública da era moderna. De facto, falar de redes sociais nos dias que correm é, inevitavelmente, associar a plataformas, interação, criação, tecnologia e, obviamente, a internet. Estando online, nunca foi tão fácil criar conteúdo, falar e partilhar com quem quer que seja, onde quer que esteja, precisamente pelas redes sociais, que nos permitem viver na era da interação social. Mas para qualquer história, há um pretérito, e a verdade é que o conceito de rede social sempre existiu, como existe, offline, e a história de passar esta interação offline para online é, por si só, uma longa e contínua jornada tecnológica que marca as diferentes eras e pela qual a internet nos transporta. Nos anos 90, as primeiras páginas web surgiram com o propósito sobejamente básico de "pegar" em coisas que estavam offline e colocá-las online, como jornais e revistas. Por este motivo, as páginas web desta altura eram denominadas como estáticas, como se simplesmente estivéssemos a ler um jornal ou uma revista através de um ecrã. Um cenário esqueumórfico, segundo Chris Dixon (homem forte da Andreessen Horowitz e fundador da sua divisão de cripto, a16z crypto), isto é, a recriação de algo graficamente similar à realidade. Com páginas web de leitura apenas, sem interatividade, a web 1 é, assim, a era da web onde os utilizadores são considerados como meros consumidores de informação, sendo que nesta época surgem os primeiros motores de busca, como a Google.

Pareceria paradoxal que, com a intenção de colocar online coisas que estavam offline, arredassem a interatividade que, como aludimos, era o cenário esqueumórfico da nossa interação, no fundo, da "praça pública". Foi isso que, nos anos 2000, alguns empreendedores vislumbraram quando perceberam que os utilizadores não deveriam ser inertes ou meros consumidores de informação, mas igualmente fornecedores de informação; que, para isso, os computadores (e a web) serviriam não apenas para ver ou ler, mas igualmente para escrever, interagir, criar conteúdo: a era da interação social, da web 2, que ainda hoje vivenciamos. Surgem, portanto, as primeiras redes sociais, como o MySpace ou o Hi5, onde o Facebook posteriormente surge com a combinação de características de ambas, juntando o botão "Gosto" como indelével e distinta marca da interação. Na era da interação social, ao providenciar informação, estamos igualmente a providenciar os nossos dados: na era da cedência da nossa privacidade, cedemos igualmente controlo e domínio. Com o boom tecnológico e das redes sociais, era mais que natural que os smartphones suportassem tudo aquilo que se fazia nos computadores, o que leva a que as chamadas Big Tech, como a Apple, Google, Facebook e Twitter assumam uma quase situação de monopólio, numa verdadeira posição dominante numa web centralizada. Para respaldo, excluindo a China, a Apple e a Google representam 95% do mercado das apps móveis. No top 1% das redes sociais, reside 95% do tráfego de social media e 86% das

“ESTANDO ONLINE, NUNCA FOI TÃO FÁCIL CRIAR CONTEÚDO, FALAR E PARTILHAR COM QUEM QUER QUE SEJA, ONDE QUER QUE ESTEJA”

apps de social media e no top 1% dos motores de busca concentra-se 97% do tráfego de pesquisa. É, nas palavras de Chris Dixon, como se retrocedêssemos ao tempo em que apenas tínhamos 4 canais de televisão à escolha.

Com as big tech atualmente a dominar praticamente todo o espaço da web, em paralelo, no mundo financeiro, nos anos 2000, um sistema financeiro centralizado, onde os bancos, nomeadamente a banca de investimento, enquanto intermediários de soberba, com novos produtos financeiros complexos e um caldo de desregulação, conluio político e regulatório, despoletam a malograda crise financeira de 2007. Envoltos num ambiente de desconfiança e insegurança nos intermediários e poderes públicos, surge o paper intitulado “Bitcoin: A Peer to Peer Electronic Cash System”, publicado sob o pseudónimo Satoshi Nakamoto, que aborda pela primeira vez o conceito de uma moeda virtual descentralizada (criptomoeda) e os indissociáveis conceitos de bitcoin e blockchain – com isso, o mote para a web 3.

Na era vindoura, a da web 3, é precisamente a noção de controlo que preside: a ideia ou percepção de controlo sobre os nossos dados, sobre a nossa privacidade, sobre o nosso dinheiro, onde a descentralização é a chave, o regulador assume um novo papel e o intermediário terá forçosamente de se adaptar para não evaporar. A blockchain, enquanto conceito indissociável da bitcoin, consiste num registo descentralizado, público e distribuído de transações numa rede peer-to-peer, ao passo que a bitcoin é uma moeda

virtual descentralizada. Esta é transmitida através da tecnologia blockchain, que apresenta uma imensidão de aplicações, permitindo a transação não apenas de moedas virtuais, como de informação, ativos digitais ou direitos de propriedade. E tudo é feito através de tokens, que não são mais do que fragmentos, representações digitais de um ativo real, precisamente através da blockchain, da tecnologia onde, verificadas determinadas condições previamente, uma transação ocorre automaticamente, sem intermediários, com transparência e imutabilidade. As potencialidades são, naturalmente, infundáveis: pelos smart contracts (suportados pela famosa Ethereum), desde um contrato de arrendamento, que poderá ser celebrado diretamente entre as partes e automaticamente transacionado após validação das condições previamente definidas no smart contract ali contido, até à compra de uma casa com recurso a criptomoedas, uma apólice de seguro ou simplesmente trancar o carro à distância, com recurso à blockchain. Tudo, naturalmente, sem recurso a intermediários. Em termos metafóricos, é a representação digital de um simbólico acordo de cavalheiros, onde as condições verbalizadas por ambos representam os tokens a transacionar e o aperto de mão simboliza a transação automaticamente feita na blockchain, com os pares a testemunhar e a validar a mesma, com a mesma eficácia da ancestralidade. De facto, a internet consegue ser a praça pública da era moderna – e a web 3 promete representar o nostálgico tempo de proximidade.



RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM



Tiago Sousa Santos

Coordenador da Digitalização da JSD

1) Almoçar todos os dias para o resto da vida com André Ventura ou com Mariana Mortágua?

Fazer jejum intermitente.

2) Gostaria mais de ver regressar ao PSD Isaltino Morais ou Pedro Santana Lopes?

Pedro Santana Lopes, ainda que o roteiro gastronómico de Isaltino seja bastante útil

3) Qual o mal menor: Pedro Nuno Santos ou José Sócrates?

Pedro Nuno Santos, porque não foi, nem será Primeiro-Ministro e não terá oportunidade de fazer o mal que Sócrates fez ao país.

4) Qual o melhor autarca do PSD na atualidade?

Carlos Carreiras e Carlos Moedas, ex aequo

5) Ser presidente do seu município em 2025 ou no próximo governo PSD ser Sub-Secretário de Estado sob tutela de um Vice-Ministro que por sua vez era tutelado por um Ministro-Adjunto?

Ser Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, conseguindo o que não consegui em 2021.

6) Se houvesse um referendo para mudar o nome da "Ponte 25 de Abril" e as duas únicas alternativas no boletim de voto fossem "Ponte Otelo Saraiva de Carvalho" e "Ponte António de Oliveira Salazar", em qual votaria?

Preferia um referendo para decidir a construção da ponte Barreiro-Chelas, propondo que ficasse com o nome da pessoa que tiver a coragem de cumprir com uma promessa de décadas.

7) Belém 2026: um ex-presidente do PSD, um ex-primeiro-ministro PSD, ou ex-presidente de um partido com o qual o PSD já esteve coligado?

Pedro Passos Coelho

8) Melhor e pior líder de sempre do PSD?

O melhor, Francisco Sá Carneiro, porque foi fundador e o primeiro presidente do PPD/PSD. O pior, será aquele que um dia fizer com que o PSD deixei de ser um partido central da democracia portuguesa, o que espero que nunca aconteça.

9) Melhor e pior líder de sempre da JSD?

O melhor, António Lacerda de Queiroz, porque foi o seu primeiro presidente e liderou a estrutura na vitória da AD. O pior será aquele que um dia não for capaz de honrar a nossa estrutura, o que ainda não aconteceu.

10) Votou no seu presidente da secção do PSD? Sim.

11) Se um governo PS o convidasse para ser presidente da TAP e fazer com ela o que quisesse aceitava?

Aceitava. Privatizava a companhia e voltava ao meu emprego.

12) Três deputados do PSD na AR: um para almoçar para o resto da vida todos os dias, um para partilhar casa durante um ano e um para fazer um retiro espiritual durante um mês no Tibete. Justifique.

Almoçaria todos os dias com o Alexandre Poço, porque a amizade não nos deixaria sem tema de conversa. Partilharia casa com o Afonso Oliveira, por motivos óbvios para quem nos conhece. Faria um retiro espiritual no Tibete com o André Ventura, para ver se ele parava com a berraria e os pedidos desesperados de coligações durante um mês.

13) Olhe para o telemóvel: Qual a primeira pessoa do PSD que aparece na sua lista telefónica?

Alexandre Poço

14) Olhe para o telemóvel: Qual foi a última pessoa do PSD com quem trocou uma mensagem no Whatsapp?

Luis Tavares Bravo, Presidente do PSD Barreiro

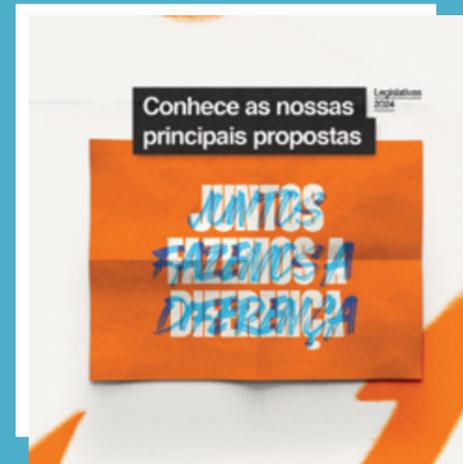
15) Momento Mourinho: Qual a sua cadeira de sonho no PSD?

Uma das cadeiras da sede do PSD Barreiro, onde há 11 anos me sento sempre que lá vou trabalhar pela minha terra e pelo meu país.

FAZER A DIFERENÇA

JSD com mais de 30 de candidatos nas listas da Aliança Democrática

Nas candidaturas à Assembleia da República pelas listas da Aliança Democrática, constam 33 militantes e dirigentes da Juventude Social Democrata. Em mais um ato eleitoral, a JSD é a garantia da renovação e do futuro das listas do PSD. Apresentamos jovens quadros qualificados com vontade de ajudar a AD a vencer as eleições e concretizar a mudança política a partir de 10 de março. Fica a conhecer quem são nas redes sociais da JSD.



JSD apresenta compromissos eleitorais para Legislativas 2024

JSD apresentou este mês os compromissos eleitorais para as eleições de 10 de março e pelos quais os seus Deputados se irão bater na próxima Legislatura. Este Manifesto eleitoral apresenta mais de 70 propostas em áreas como a habitação, os salários e rendimentos, emprego e competitividade, educação, ensino superior e ciência, saúde e desporto, natalidade, ambiente, cultura, coesão territorial, sistema político e transparência, relações internacionais e defesa nacional. Fica a conhecer todas as propostas no website da JSD.

Junta-te à caravana da mudança e participa na volta nacional da AD

Até ao próximo dia 8 de março, vamos percorrer o país com o nosso candidato a Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Não há campanha eleitoral sem a participação e força dos militantes da JSD. Envolve-te nesta campanha, participa neste bom combate pelo futuro de Portugal e das novas gerações.



LOJAJ



A LOJA OFICIAL DA JSD JÁ ESTÁ ONLINE!

É verdade, todo o merchandising que estavas à procura já está disponível na nossa loja online. Mostra a tua verdadeira cor com fantásticos itens que podes comprar para ti ou para oferecer a pessoas muito especiais.



Saco de Linho #1



Meias



A Democrata

Também já podes encomendar A Democrata em papel

Accede à nossa loja em www.lojajsd.pt

ALEXEI NAVALNY

" Não podem desistir. Se eles decidirem matar-me, isso significa que somos incrivelmente fortes."

Alexei Navalny
Líder da oposição Russa



A DEMOCRATA

FAZ JUS AO SEU NOME.

É DE ABRIL, MAS É MUITO DE NOVEMBRO.

É PÚBLICO QUE É MAIS O INDEPENDENTE.

É UMA PEDRADA NO CHARCO.

USUFRUÍ DO ATREVIMENTO PRÓPRIO DA JUVENTUDE.

É QUENTE OU FRIA, NUNCA MORNA.

PREFERE SER POLÉMICA A SER CHATA.

PREFERE A INICIATIVA PRIVADA À PRIVAÇÃO
DE LIBERDADE ECONÓMICA.

É ATLANTISTA E EUROPEÍSTA. MAS NÃO É ESTÚPIDA.

DESPREZA MOSCOVO, MAS RESPEITA O POVO.

É PLURAL. DENTRO DO POSSÍVEL.

É UMA REVISTA. O AVANTE É UM MISSAL.

NÃO É A IRMÃ MAIS NOVA DO POVO LIVRE.

É PAGA PELO PARTIDO, MAS NÃO É VENDIDA AO PARTIDO.

FICA, AS LIDERANÇAS DA JOTA PASSAM.

É LARANJA QUE DÓI.
TEMOS PENA.